



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES

EDILEUZA DA SILVA TORRES

**COTIDIANO ESCOLAR: CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO CURRÍCULO
ESCOLAR**

JOÃO PESSOA – PB

2014

EDILEUZA DA SILVA TORRES

**COTIDIANO ESCOLAR: CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO CURRÍCULO
ESCOLAR**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mônica de Lourdes Neves Santana

JOÃO PESSOA – PB
2014

E expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

T693c Torres, Edileuza da Silva
Cotidiano escolar [manuscrito] : cultura Afro-brasileira no
currículo escolar / Edileuza da Silva Torres. - 2014.
39 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação:
Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual
da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à
Distância, 2014.

"Orientação: Profa. Dra.Mônica de Lourdes Neves Santana,
Departamento de letras".

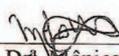
1. Diversidade 2. Afro-brasileira 3. Educadores I. Título.
21. ed. CDD 306.43

EDILEUZA DA SILVA TORRES

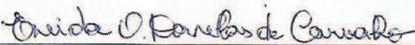
COTIDIANO ESCOLAR: CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO CURRÍCULO ESCOLAR

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

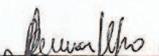
Aprovada em 18 de Outubro de 2014.



Professora Dr.^a Mônica de Lourdes Neves Santana
(Orientadora)



Professor (a) Dr.^a Eneida Oliveira Domellas de Carvalho
(Examinador (a))



Professor (a) Ms. Jailto Luis Chaves de Lima Filho
(Examinador (a))

EDILEUZA DA SILVA TORRES

DEDICO primeiramente a Deus e ao meu
companheiro Edson Xavier.

AGRADECIMENTOS

A DEUS, por se fazer presente em todos os momentos da minha vida e a nunca desistir de mim.

Ao meu amado, companheiro, amigo, irmão e cúmplice Edson Xavier dos Santos por sempre me incentivar, por ser um anjo enviado por DEUS na minha vida.

Ao meu pai (in memoriam) por ter me dado amor nos raros momentos que compartilhamos juntos.

A minha mãe que me criou e se esforçou para me ensinar a ter disciplina na vida.

A equipe de técnicos administrativos, professores e a equipe gestora que compõe a Escola Estadual de Ensino Médio Professor Pedro Augusto Porto Caminha em especial aos professores Erivanildo José dos Ramos e George Bezerra da Silva por me ajudar nesta pesquisa.

A minha querida Orientadora, pela dedicação, atenção, comprometimento, competência e humanidade para com seu trabalho.

A todos os amigos da turma da especialização pelo enriquecimento de opiniões e de pontos de vistas expressos a cada sábado

Enfim, a todos os professores do curso pela dedicação, disposição e simplicidade em ministrar os temas propostos em cada disciplina.

RESUMO

O presente trabalho propõe refletir sobre a inserção da História da Cultura Afro-brasileira nos currículos das escolas de Ensino Fundamental e médio, buscando entender os principais fatores que contribuem para a disseminação de pensamentos e atitudes racistas no cotidiano escolar. Analisa se o docente tem adotado a proposta da lei 10.639/03 em sala de aula e quais as dificuldades que o mesmo tem tido para adequação dos conteúdos em sala de aula.

Contudo, busca também ressaltar importância do papel do educador para a reconstrução de valores nos quais o aluno negro possa se identificar como participante ativo do processo plural de diversidade cultural da nossa sociedade principalmente através análise das literaturas trabalhadas no ambiente escolar, propondo como ferramenta de estudo em sala de aula a coletânea Cadernos Negro.

Palavras Chave: Diversidade. Afro-brasileira. Educadores. Cadernos Negros.

ABSTRACT

This work aims at a reflection about the insertion of the afro-brazilian history of culture in the curriculum at elementary and high school, searching to understand the main factors that contribute to the thinking dissemination and the racist attitudes in the everyday.

We analyse if the students have adopted the proposed law 10.639/03 in the classroom and which difficulties they face to adapt the subjects in the classroom. However, we search to highlight the importance of the educator's role to the reconstruction of values in which the black student can identify himself as an active participant in the process of cultural diversity in our society mainly through an analysis of the literature worked in the school atmosphere aiming as a study tool in classroom the collection black notebooks

Keywords: Diversity. Afro-brazilian. Educators. Black. Notebooks

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – PROJETOS DE LEI COM PROPOSTAS PARA INSERIR NOS CURRÍCULOS ESCOLARES O DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, HISTÓRIA DA ÁFRICA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA. 16

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	10
2. HISTORICIDADE DA LEI 10.639/03	13
3.A LEI 10.639/03 E SUAS DETERMINAÇÕES NO ÂMBITO ESCOLAR	17
4. IMPASSES DAS LITERATURAS NO ESTUDO E COMPREENSÃO DA LEI 10.639/03	23
5. CADERNOS NEGROS: FERRAMENTA PARA PRÁTICA DA LITERATURA DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA	27
5.1. Cadernos Negros: Volumes a serem considerados	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	37
ANEXOS	39

1. INTRODUÇÃO

Em pleno século XXI a discriminação racial ainda é notória em nossa sociedade brasileira e principalmente no cotidiano escolar. O ambiente escolar é colocado desde a nossa infância como um espaço onde se quebra paradigmas, rompe preconceitos, barreiras inalcançáveis seja através da leitura, da escrita ou da ampliação do senso crítico. A Escola representa ao longo do tempo local de transformação de pensamento capazes de reconstruir valores para uma sociedade solidária e sem preconceito. Entretanto, na realidade não é somente aluno que carrega no decorrer de sua vida escolar aspectos preconceituosos dos quais naturalizou pelo fato de serem constantes em seu cotidiano escolar, mas os educadores também incorporaram em seu cotidiano escolar bem como, em seus currículos uma série de preconceitos os ampliando e levando-os deforma extremas as dificuldades de trabalhar em sala de aula a vertente da diversidade cultural.

Neste ponto, a lei 10.639/03 procura garantir nas escolas um instrumento eficaz para a superação da discriminação, do preconceito e do racismo no interior das escolas determinando a obrigatoriedade da história e cultura afro-brasileira no currículo oficial da rede de ensino completa.

Os educadores apesar das dificuldades enfrentadas em abordar a temática da diversidade cultura precisam agir com parcimônia e discernimento para que não reproduzam estereótipo de superioridade branca e conseqüentemente inferioridade do negro. Os Educadores não devem apenas inserir em sala de aula a temática da cultura afro-brasileira nos currículos do ensino fundamental e médio, mas desenvolver práticas educativas transformadoras que combata as formas de discriminação racial. Sendo assim, a problemática a ser pesquisada é: Os docentes cumprem seu papel de educador acolhendo a proposta da lei 10.639/03 de inserção nos currículos no cotidiano escolar de conteúdos que abordam questões africanas? Que fatores são responsáveis pela disseminação de interpretações racistas do material didático de conteúdos africanos distribuídos nas escolas?

Com isso, surgiram diversas discussões sobre essa temática colocando os professores, gestores e equipe pedagógica como peças fundamentais na disseminação destes conteúdos. Ressaltando que, o material escolar assume um papel bastante relevante e deve ser abordado com a inclusão de conteúdos que faz referência ao continente Africano e a cultura afro-brasileira bem com, a forma na qual são abordados na sala de aula.

Percebemos no decorrer da pesquisa que a educação muitas vezes foi responsável pela

perpetuação, no decorrer dos tempos do pensamento racista. Sendo assim, houve a necessidade de refletir os motivos da persistência destes pensamentos que geralmente são acompanhados de atitudes egoístas e preconceituosas ao invés de combatê-los sem buscar suas raízes. Dessa forma, a implementação a lei 10.639/03 que passa a exigir por parte dos docentes que se comportem como agentes transformadores para uma consciência crítica possibilitando quebrar as barreiras e os preconceitos que se instalam no ambiente escolar quando o assunto é a cultura afro-brasileira.

Contudo, os professores devem procurar se preparar para este desafio com bases seguras de conhecimento e referenciais teóricos, metodológicos e suporte pedagógico de modo a garantir uma escola igualitária, pois, o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas assim como a lei 10.639/03 é extremamente importante para desconstruir a imagem racista e preconceituosa existente na sociedade brasileira no cotidiano escolar.

Então, partimos inicialmente dos seguintes pressupostos:

Apesar da lei 10.639/03 de nove de Janeiro de 2003 nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, tornar obrigatória o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira, os currículos nas escolas públicas e privadas ainda legitimam educação monocultural e ignoram as matrizes culturais africanas bem como, a reproduzem de forma negativa;

A educação brasileira ainda possui uma concepção metodológica que nega o conhecimento e as produções de formas negras selecionando conteúdos que privilegiam autores educam uma geração brasileira por processos de escolarização excludentes.

Para que o estudo se efetivasse foi realizado inicialmente um levantamento bibliográfico, leitura e fichamentos de livros e para uma melhor compreensão da temática. Foi analisado como ferramenta a ser estudado em sala de aula a importância do livro a coletânea Cadernos Negros e o modo como os autores têm trabalhado os conteúdos referentes à história e a cultura Africana. A coletânea caderno negro é apontado como mais um referencial dos valores e da consciência dos negros e da África. Contudo, devido as grandes quantidades de volumes publicados cerca de trinta seis volumes foi escolhido o I volume publicado em 1978 por marcar uma data histórica e pó-abolicionista onde as discussões e debates sobre a condição do negro em nossa sociedade se tornou bastante relevante dado os movimentos que existiam e que surgiram na época como o Frente Negra e Teatro Popular Solano Trindade (TEN). Foi analisado também o volume 26 dos Cadernos Negros publicado em 2003 que é tido como um divisor de águas, pois, aborda em seus contos a questão do homossexualismo questão bastante atual no cotidiano do ambiente escolar e fora dele.

Na pesquisa observaremos que, no I Capítulo para que houvesse uma continuidade posterior ou inicial foi realizado uma contextualização histórica da lei 10.639/03 relatando as dificuldades da implementação assim como, projetos de lei anteriores como o Projeto de lei nº 18 apresentado em 1995 de autoria de Benedita da Silva (PT/RJ) que propôs a inclusão de história da África nos três níveis de ensino, mas não foi aprovado.

No capítulo II foi reservado espaço ainda para a análise da lei 10.639/03 e suas determinações no âmbito escolar com citações de artigos Art.26 – A e respectivos parágrafos e o Art.79-B instituindo o dia 20 de Novembro como dia Nacional da Consciência Negra. Além disso, ressalta a relação das escolas e seu papel na efetiva implantação na sala de aula da lei 10.639/03.

O capítulo III direcionou a reflexão sobre os impasses das literaturas no estudo e compreensão da lei 10.639/2003 as dificuldades com materiais de apoio e livros didáticos que ensinam de forma clara e objetiva os preceitos da lei. O capítulo expõe também que apesar de existirem obras de autores afrodescendentes existem muitos paradigmas a serem quebrados entre eles como as expressões dos escritores negros, literaturas negras e literatura afro-brasileira.

Já o capítulo IV e último traz a análise de uma das coletâneas mais conhecidas Os Cadernos Negros que representa a luta constante de um povo que refletindo sua cultura, ideias e pensamentos e indignações através da poesia e da prosa.

2. HISTORICIDADE DA LEI 10.639/03

Qualquer discussão sobre a história de nosso povo tem fundamentos teóricos, práticos e cotidianos do outro lado do Atlântico, os negros fazem parte de nosso passado, presente e futuro estarão sempre sendo lembrados pela sua enorme importância em nossa sociedade por terem contribuído enormemente para formação cultural e social do povo brasileiro.

Por esses fatores, foi que nasceu a necessidade da implementação da lei 10.639/03 dentre os motivos seria o reconhecimento da história deste povo que foi ainda muito importante para o nosso país. Contudo, a implementação da lei se faz urgente não só por este motivo, mas, porque a história da África é essencial para conhecermos, para nos explicarmos.

Como também, a implementação da lei 10.639/03 é importante para entendermos que quase a metade de nossos antepassados proveio do continente Africano e que, portanto, os africanos constituem parte e porque não, o todo de nossa história.

Em 1980, a ONU (Organização das Nações Unidas) fez uma campanha Mundial contra discriminação racial de todas as formas de intolerância. Dentre as consequências desta campanha foram políticas públicas e ações para combater qualquer forma de discriminação relacionada principalmente as portadoras de necessidade especiais, negros e indígenas. O Projeto de lei nº18 de 1995, de autoria da Senadora Benedita da Silva (PT/RJ) propôs inclusão de História da África nos três níveis de ensino, mas não foi aprovada.

Contudo, a proposta da inclusão da Cultura e história da África bem como dos movimentos negros só veio a ser atendida em grande parte, em 09 de Janeiro de 2003, com a assinatura da lei 10.639/03 que foi oriunda do projeto de lei nº 259, apresentado em 1999 pela deputa da Esther Grossi e pelo deputado Benhur Ferreira.

Com a publicação da lei 10.639/03 e no ano seguinte, o Parecer 003/004 regulamentou a implantação da lei, as discussões sobre as relações e questões racistas foram evidenciadas com mais frequência.

Muitos estudiosos argumentaram que para efetivamente se concretizar o que a lei propusera teria que haver uma reorganização de currículos que contemplavam à cultura africana e afro-brasileira. E por outro lado, “existem outros grupos principalmente a imprensa falada e escrita que condenando as cotas raciais argumentando que as mesmas causariam um racismo reverso.” Santos (2014).

O Parecer procura defender uma proposta de educação, à demanda da população afro descendente, regulamentando políticas públicas de ações afirmativas, políticas de reparações e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura e identidade. [...] busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros [...] propõe a divulgação e produção de conhecimentos, a formação da atitude, posturas e valores que eduquem os cidadãos orgulhosos de seu pertencimento racial (descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos) para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos são igualmente, descendentes de europeus, de asiáticos) para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos são igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada (SANTOS, 2014, p.06).

Sendo assim, os projetos de lei, os pareceres afirmativos e a lei 10.639/03 tem como meta reconhecerem em âmbito nacional a cultura afro-brasileira, sua história e oportunizar que os negros expressem visões de mundo de forma individual com autonomia. Além disso, as políticas direcionadas tem também como, um dos objetivos o direito dos negros bem como, de todos os cidadãos brasileiros, cursarem em cada nível de ensino, em escolas devidamente equipadas orientados por professores qualificados em lidar com situações de discriminação e racismo.

Para Oliveira (2014), dado o histórico de resistência de quase dois séculos para a provação da lei 10.639/03 em uma trajetória de luta que como muitos quiseram deturpar mostrando um contexto que priorizava uma única história.

De acordo com Oliveira (2014), falar sobre a obrigatoriedade da lei 10.639/03 é contextualizá-la num histórico de lutas, de engajamento de diversos idealistas, ativistas ligados a movimentos negros no Brasil num propósito de realmente colocar em prática seu objetivo principal que é a diminuição da discriminação, preconceito através da inserção da cultura e da história afro brasileira no currículo escolar.

Muito sabemos sobre a presença dos europeus entre nós. Hoje, reconhecemos um pouco mais sobre os indígenas. Contudo, fora da monótona rotina do trabalho escravo, pouco ou nada sabemos do que fizeram os africanos enquanto ‘colonizadores’, com tradições culturais rivais às dos europeus. Nos manuais escolares e mesmo nas Universidades, quase nada se aprende sobre nossos avós em sua terra de origem, a África particularmente daqueles provenientes de territórios africanos dos quais o oceano Atlântico serviu de elo com o Novo Mundo (OLIVEIRA, 2014, apud, PRIORE; VENÂNCIO, 2004, p. 56).

Dessa forma, para Oliveira (2014), a história de nossos antepassados é extremamente

importante para compreensão dos conteúdos que abordam a historicidade da lei as décadas de 30, 40 e 50 através de órgãos responsáveis pelas ações políticas da época foi colocado em debate à questão como a denúncias de práticas de exclusão no ambiente escolar e a necessidade de rever os currículos escolares para incluir história afro brasileira com intuito da população negra se identificar e se sentir como parte importante de nossa história.

Também de acordo com Oliveira (2014), os afrodescendentes pretendiam romper com os argumentos que insistentemente colocavam a história dos negros como uma única história, mas mesmo assim continuaram em luta mesmo quando a ditadura que ocorreu na década de 60 e 80 repreendeu os aspectos democráticos. Os movimentos democráticos relacionados aos negros e ativistas mesmo passando pelos obstáculos da ditadura promoviam iniciativas de combate à educação antirracista.

Nesse contexto, a partir da década de 1970, o Movimento Negro e o pretendiam romper Movimento de Mulheres Negras (MMN) atuam de maneira mais incisiva para incluir a história do povo negro no currículo escolar. Essa atuação culmina, em 1995, com a Marcha Zumbi dos Palmares, quando 30 mil pessoas foram para Brasília e entregaram um documento à Presidência da República pleiteando políticas para combater a desigualdade (OLIVEIRA, 2014, apud, PORTELLA, 2005, p.5).

No processo histórico da implantação da lei 10.639/03 e conseqüentemente a inclusão das Relações Étnico-raciais e da História e da Cultura Afro brasileira nos currículos escolares é uma trajetória de lutas e embate contra racismo e a discriminação em suas diversas formas. Sendo assim, para os ativistas do antirracismo e os movimentos negros a luta se mostra como uma luta constante, uma luta continuada que tem como aliada o exercício da democracia.

Para Oliveira (2014), a luta é permanente e consistente e a cada dia a luta demonstra a grandiosidade das lutas que aos poucos vem sendo conquistada em defesa da população negra. O exercício da democracia vem passando por desafios e o nosso país necessariamente encontra-se ao longo da história em contínua progressão da cidadania. Como podemos verificar no quadro abaixo:

Projetos de Lei com propostas para inserir nos currículos escolares o Ensino das Relações Étnico-raciais, História da África e da Cultura Afro brasileira.

ANO	PODERES: Legislativo e Executivo	PROJETO LEI/PL	RESULTADO
1983/86	Abdias Nascimento – Deputado Federal/RJ.	1.332/83	Aprovado por unanimidade. Arquivado em 1989.
1987/90	Paulo Paim – Deputado Federal/RS.	—	Não aprovado e Arquivado.
1993	Humberto Costa – Deputado Estadual/PE.	—	Vetado por ser considerado inconstitucional.
1995/98	Benedita da Silva – Senadora/RJ.	18/95	Não aprovado e Arquivado.
1995/98	Humberto Costa – Deputado Federal/PE.	859/85	Aprovado na comissão de Educação, Cultura e Desporto em 1997.
1999/2002	Bem Hur – Deputado Federal/MS e Ester Grossi – Deputada Federal/RS.	259/99	Aprovado. No PL constava “originalmente” projeto de Humberto Costa/PE.
2003	Executivo Federal.	10.639/03	Sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Quadro 1 – Projetos de Lei com propostas para inserir nos currículos escolares o Ensino das Relações Étnico-raciais, História da África e da Cultura Afro brasileira.

Fonte: Rocha; Silva, 2013.

Desta forma a lei 10.639/03 foi caracterizada e implementada em meio a um histórico de luta e persistência em defesa e em prol da população negra.

3. A LEI 10.639/03 E SUAS DETERMINAÇÕES NO ÂMBITO ESCOLAR

Como sabemos, desde os primeiros quilombos, até recentemente os negros lutam, não pararam de lutar, antes lutavam contra escravidão e hoje por igualdade contra discriminação e preconceito, com isso obteve-se diversas contribuições nessas lutas como: Centros de Estudos Africanos (Bahia São Paulo etc.). Em 1920 a imprensa começa a noticiar fatos sociais sobre a comunidade Negra. Em 1944 Abdias Nascimento Funda o Teatro Experimental do Negro (TEN) a fim de inserir no teatro o negro. Em 1954 surge Associação Cultural do Negro (ACN), que reuniu nomes como Abdias Nascimento, Solano Trindade e Fernando Góis que tinha como objetivo discutir as diversas ideologias sobre o negro brasileiro.

As escolas de samba tiveram uma contribuição bastante relevante, pois propiciavam interação social. Nas décadas de 60/ 70 o movimento negro se consolida como entidade negra nacional e a partir de 1980, a ONU (Organização das Nações Unidas) promove uma campanha mundial contra a discriminação racial e todas as formas de intolerância. E o projeto de lei nº 18 de 1995 da senadora Benedita da Silva propusera a inserção da história da África nos três níveis de ensino.

Contudo, as propostas de inclusão do estudo da história da África só vieram a ser “efetivada” em grande parte em nove de Janeiro de 2003, com assinatura da lei 10.639/03. Na verdade, esta lei vem acrescentar dois Artigos na LDB Lei de diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394) que de acordo com Messender (2010) corresponde ao seguinte:

Art.26-A - Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. NR nº 11.645, de 10 de março de 2008.

§1º. O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como estudo da história da África e dos africanos a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes a história do Brasil.

§2º. Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministradas no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira (NR) Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.

Art.79-B – O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como Dia Nacional da

Consciência Negra.

A lei 10.639/03 tem como um dos fatores primordiais a inclusão nos currículos escolares o estudo da cultura afro brasileira, inserindo e democratizando uma política educacional e inclusiva objetivando valorizar aspectos étnicos raciais e multiculturais.

Com o surgimento desta lei tornou-se obrigatório o ensino das histórias e culturas africanas e afro-brasileiras no currículo escolar. No entanto, de acordo com Ozório y Leon (2011), muitos professores enfrentam obstáculos ao lecionarem os aspectos sobrevindos com tal lei, pois existe certo preconceito disfarçado principalmente quando se faz referência as contribuições religiosas da matriz africana. Além disso, de acordo com Santos (2014) professores não tiveram em suas graduações contato com suas disciplinas específicas sobre a história da África e que grandes majorias dos livros didáticos de história utilizados não configuram a real valorização a este aspecto, os alunos sobrevêm construir estereótipos sobre África e suas populações.

Se a lei e a criminalização são ferramentas eficazes no combate da discriminação, segundo Jaccoub y Theodoro (2007) não deve ser única ferramenta, pois, a discriminação principalmente a indireta é passível de ser de punição legal.

O enfrentamento da desigualdade racial brasileira solicita uma política pública afirmativa que enfrente o desafio de integrar as perspectivas “universalistas” e “diferencialistas” na construção de uma política educacional anti-racista orientada pelos valores da diversidade e o direito a diferença (HENRIQUE Y CARVALLEIRO, 2007, p.211).

Sendo de extrema importância que se utilize de outros meios de conscientização e de valorização das diversas etnias e da pluralidade étnica da sociedade brasileira.

Desta forma, a escola assume papel decisivo e fundamental juntamente com os meios de comunicação valorizando os materiais didáticos e temas que priorizem a cultura afro descendente, pois, ensinar a história da África aos alunos brasileiros é fundamental para que se rompa o estereótipo e a estrutura eurocêntrica que caracteriza e caracterizou os currículos escolares assim como, a formação escolar brasileira, pois a história do Brasil está fundamentada e inter-relacionada com a vinda dos negros e africanos para este país. A mão de obra negra foi uma das principais bases de toda riqueza dos grandes senhores de engenho de nossa história, além de sua mão-de-obra trouxeram suas tradições costumes, sua cultura contribuindo grandemente para a formação cultural e social do povo brasileiro.

Nesse sentido, Sales e Silva (2012), argumenta o seguinte:

[...] inserir a temática cultural afro-brasileira nos currículos de ensino médio e fundamental não significa substituir a história dos europeus pela dos africanos, mas representar e legitimar em sala de aula mediante os conteúdos, a diversidade cultural que caracteriza o Brasil. Logo, é trabalhar a cultura e atentar para sua diversidade étnica perceber os africanos e os negros como protagonistas e não coadjuvantes da história como sempre foram tratado [...] (SALES Y SILVA, 2012, p.56).

Pois, é função primordial da escola quebrar paradigmas preconceituosos e discriminatórios fornecendo ao alunado as bases para sua formação como cidadão, com pensamentos críticos e reflexivos obtendo assim, conhecimentos de suas obrigações e de seus direitos. Oliveira (2014) expõe que:

As reflexões acerca do papel da educação são uma necessidade de qualquer sociedade que queira tratar seus problemas de maneira a vislumbrar um futuro que leve em conta as mais variadas formas de diálogo com o diferente, com a diversidade social, cultural e étnica [...] (OLIVEIRA, 2014, pg.18).

Esses conhecimentos devem ser abordados em sala de aula para que o aluno obtenha as bases necessárias para compreender a realidade que o cerca bem como, favorecer suas relações sociais e preparar para a inserção no mundo do trabalho objetivando um espectro crítico consciente em suas relações sociais. *“No Brasil, para se falar de inclusão social e de minimização das desigualdades sociais faz-se necessário promover a reeducação das desigualdades raciais”*. (OZÓRIO Y LEON, 2011, apud GOMES, 2001, p. 12).

Para Jaccoub y Theodoro (2007), o meio educacional brasileiro é engendrado de racismo e preconceito racial. Conforme pesquisas acadêmicas, o ensino da sala de aula não retrata o desconforto dos estudantes negros no ambiente escolar e as dificuldades relacionadas aos materiais didáticos enviados para escolas que não são trabalhados e nem de conhecimento dos alunos.

A dinâmica brasileira das relações das relações raciais materializa, em toda a sociedade, uma lógica de segregação amparada em preconceitos e estereótipos raciais disseminados e fortalecidos pelas mais diversas instituições sociais, entre elas a escola, a igreja, os meios de comunicação e família, em especial (HENRIQUE Y CARVALLEIRO, 2007, p. 210).

A escola deve se apresentar como um instrumento no combate ao racismo, algumas não raras vezes ela se coloca presente em seu cotidiano de forma sistemática. Pois, de acordo com Henrique y Cavalleiro (2007), uma das formas de combater o racismo individual seria

através da junção dos seguintes fatores: Formação de professores e gestores escolares direcionadas para o aspecto da diversidade cultural, elaboração e distribuição de material didático e paradidático, currículo escolar e projeto político pedagógico que abordasse fielmente a questão da influência da cultura afro brasileira no cotidiano escolar.

Os professores e professoras que ao trabalharem com a temática cultural afro-brasileira devem atentar para não produzir a ideia de inferioridade da África e dos negros brasileiros. A perspectiva é a de que aguace nos estudantes o senso crítico de que a imagem seja construída. Por outro lado, também é necessário que atentem para o fato de que a inclusão dessa temática em sala de aula não pode ser encarada como uma mera obrigação imposta pelo Estado, mas decisão política pedagógica do (a) professor(a) uma vez que ele (a) não estará colaborando na desconstrução dos estereótipos negativos com relação aos negros (as) e não negros elementos indispensáveis à construção de outra imagem de si e do seu semelhante (SALES Y SILVA, 2012, p.56).

No entanto, para a formação da cidadania segundo Henrique y Cavalleiro (2007), é primordial o conhecimento e o reconhecimento de determinados valores extremamente necessários a uma sociedade plural e diversificada, tais como: responsabilidade, respeito às diferenças principalmente culturais étnicas, raciais e negação a qualquer tipo de discriminação e preconceito. A escola deve promover meios para que esses valores sejam não somente ensinados, mas vivenciados todos os dias no ambiente escolar e fora dele.

O professor assume assim, o papel de educador orientando os alunos para que não somente teorizem o que aprendem em seu ambiente escolar, mas também para que ponha em prática a pluralidade existente nessa forma diversificada e interdisciplinar de aprender e vivenciar o cotidiano escolar.

A escola deve estar envolvida em uma série de entretenimentos para buscar a atenção dos alunos para o conhecimento e educando através de diversas linguagens construção do saber considerando que, as diversas formas de expressão dos educados devem ser respeitadas transformando os indivíduos em cidadãos do século XXI, preparando educando para a vida.

Ozório e Leon (2011) comprovam em suas palavras:

Como a democracia é ao mesmo tempo, fundamento e finalidade do exercício da cidadania, a educação deve proporcionar à formação de cidadãos que respeitam a diferença e que, sem perder de vista o caráter universal do saber e a dimensão nacional de sua identidade, tenham garantido o direito a memória e ao reconhecimento de sua história (OZÓRIO Y LEON, 2011, apud MOURA, 2001, p.72).

A instituição escolar precisa perceber que os educandos são cidadãos que participam e interagem permeados de multidiversidades exigindo que seja aplicada a interdisciplinaridade no ambiente escolar e efetivamente nas salas de aulas sem tempo para retrocessos ou nostalgias, que não colaboram com a atual realidade.

[...] diante da importância da educação na constituição da subjetividade a identidade individual torna-se evidente o elevado ônus para a população negra e para a sociedade como um todo decorrente da intensidade e da estabilidade do padrão de desigualdade racial na educação (HENRIQUE Y CARVALLEIRO, 2007, p.210).

Necessariamente, a escola, os educadores não devem colocar suas experiências a margem ignorando-as, mas articulá-las de forma a encaixar no ambiente escolar, na realidade e na vida social do educando.

De acordo com Henrique y Cavalleiro (2007), criamos a cultura de que a escola é tida como solução social e somente ela é a responsável por formar os indivíduos como seres sem falhas. Isso na verdade não condiz com a nossa realidade, a Escola seria, contudo, uma das responsáveis por colocar as bases educacionais, mas a família deve assumir também o papel que lhe cabe como os pais devem orientar seus filhos constantemente para que no futuro não se revelem com seres preconceituosos e com pensamentos de superioridade em relação à raça, religião ou qualquer outra coisa.

Entretanto, discutir a questão levantada pela lei 10.639/2003 como a cultura afro-brasileira envolve um grande desafio de dimensões grandiosas, pois presenciamos muitas vezes discursos, relatos e comportamentos que resistem em aceitar a cultura e religiosidade afro brasileira principalmente no cotidiano escolar. Retomamos novamente ao ponto que, é preciso respeitar a diversidade e praticar a tolerância.

Vale salientar que, a escola em parceria com o Estado deve fornecer as ferramentas para implementação de políticas específicas para combater o racismo tanto em sua forma objetiva como na forma subjetiva (imagens e valores) incentivando, apoiando e incluindo discussões sobre as relações raciais, cultura afrodescendente, diversidades cultural e étnica nos projetos pedagógicos principalmente no ensino médio e fundamental Henrique y Cavalleiro (2007).

Os professores devem ter bastante cuidado nas mudanças das práticas escolares e interdisciplinares para não superprotegerem uns em detrimento de outros e sim tratar a todos com princípios de igualdade.

Como o relato de Jaccoub y Theodoro (2007), para o ensino brasileiro, universal e de qualidade é fundamental para as garantias da cidadania um ambiente com menos desigualdades de forma a construir uma sociedade brasileira pluriétnica além de destacar o valor da sociedade afro-brasileira no contexto histórico para sociedade nacional.

Segundo Ozório y Leon (2011), a religião e a cultura afrodescendente devem estar presentes nas manifestações do povo brasileiro, mas muitos professores não transmitem a diversidade cultural e religiosa em sala de aula ignorando o multiculturalismo uma vez que a religião se caracterizou por ser diferente caluniar a fé e por isso ter aspecto maligno em suas manifestações religiosas.

Vale salientar que, as influências culturais e religiosas africanas estão presentes em várias manifestações do povo brasileiro fato que contribui enormemente para que esta temática seja trabalhada em sala de aula através de pesquisas pela internet, leituras usando o recurso do samba entre outras praticas pedagógicas. Um exemplo de religião que poderia ser aplicado seria o candomblé, pois, a educação religiosa do candomblé oferece os instrumentos para que se desenvolva pincipalmente entre a população negra identidades positivas.

É importante destacar que a compreensão para os fundamentos da religiosidade africana, no que e refere à sociabilidade, pode ser um dos caminhos para combater o racismo, a indiferença, intolerância e o preconceito no âmbito escolar.

Percebe-se que dentre os aspectos incluídos no estudo da cultura afro brasileira pode se englobar uma multiplicidade de fatores que podem ser explorados em sala de aula pelos docentes dentre eles principalmente a religião afrodescendente, a influência do samba e os livros que abordam a temática nas escolas.

4. IMPASSES DAS LITERATURAS NO ESTUDO E COMPREENSÃO DA LEI 10.639/03

Para Costa (2005), tendo em do vista uma nova forma de enxergar a educação considerando a cultura e a diversidade que compõe a sociedade brasileira. Abrem-se novas possibilidades de surgimento necessário a novas práticas pedagógicas com foco para relações étnicos raciais com a finalidade de diminuir irrisoriamente com praticas eurocêtricas impregnadas de discriminação e preconceitos em relação aos negros e aos afrodescendentes.

As relações étnicas raciais em nosso país são marcadas, historicamente, por profundas desigualdades socioeconômicas, haja vista a perpetuação racismo no seio social, realimentando ao longo do tempo por diversas facetas e dissimulações como, por exemplo, o mito da democracia racial e o eurocêntrismo curricular. Emerge daí, a sua propagação e desdobramentos no espaço escolar, nas relações sociais na mídia, nas artes, e na literatura. Diante desse quadro geral, enfrentaremos grandes desafios para fazer valer a Lei Federal 10.639/03, em virtude da carência de docentes na área das relações étnico-raciais e, também, da parca publicação e circulação de materiais didáticos, teóricos e literários pertinentes demanda atual, que a primara pela valorização e ressignificação da história e cultura Africana e afro-brasileira, sem cair nas teias enredadas pelo racismo a brasileira (COSTA, 2005, apud OLIVEIRA, 2008, p.01).

Segundo Sales y Silva (2012), as escolas brasileiras ainda enfrentam muitas dificuldades com materiais de apoio bem como livros didáticos para que se possa ensinar de forma clara e objetiva os preceitos da lei 10.639/03 tendo o educador o papel de sujeito que transmitem conhecimento sobre diversidade multiculturalismo e dinamizando os conteúdos em suas salas de aula.

De acordo com Jaccoub y Theodoro (2007), os livros de professores raramente retratam a vida cotidiana, social e racial do alunado. Os estudantes não se identificam e nem se encontram no material didático, muito menos, nos livros de história no qual deveriam retratar consistentemente sua origem e história de seus antepassados. Desta forma as crianças passam a se defrontar com uma realidade negativa, parciais e racista de seus povos, cultura e história.

Ainda para os autores, a imagem do negro presente nos livros é marcadamente preconceituosa, estereotipada e inferior. Analisar a escola como precursora não de estereótipos racistas, mas como precursora de mentes abertas e distantes de praticas discriminatórias é um dos instrumentos mais alicerçado de nossa realidade, colocar as frentes

profissionais capacitados no combate dessas práticas em pleno século XXI é um dos principais objetivos propostos pela lei 10.639/03.

Considerando Costa (2005), a instituição das leis 10.639/03 e 11.548 /08 foram de grande importância para compor a grade curricular da educação brasileira. A lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira (LDB) estabelece em conformidade com estas leis a obrigatoriedade do ensino da história, cultura e literatura africana indígena e afro-brasileira em sala de aula no cotidiano escolar com o intento de abolir antigos preconceitos presentes na pessoa do negro.

Os negros, ao longo da história do Brasil têm sido, juntamente com os índios, os mais discriminados. Essa questão deve ser abordada na escola, incluída objetivamente no currículo, de tal forma que o aluno possa identificar os casos, combatê-los, buscar resolvê-los, rezando com que todos sejam cidadãos em igualdade de condições, a despeito das diferenças e especificidades que possam existir. Forçoso é reconhecer, porém, que muitos professores não saibam como proceder. É preciso ajudá-los, pondo ao seu alcance pista pedagógicas que coloquem o professor e aluno frente a frente com novos desafios de aprendizagem. Combate ao racismo, ao preconceito e a discriminação, em nível escolar, deve tomara asa mais diferentes formas de valorização da pessoa humana, povos e nações, valorização que se alcança quando descobrimos que as pessoas, mesmo com suas dessemelhanças, ainda são iguais entre si e iguais a nós, com direito de acesso aos bens e serviços de que a sociedade dispõe, de usufruí-los, criar outros, bem como de exercer seus deveres em benefício próprio e dos demais (COSTA 2005, Apud LOPES, 2005, p.187).

Assim, foi preciso elaboração de material didático direcionado a reflexão e ao estudo da lei 10.639/03. A confecção de materiais aos quais estivessem de acordo com os aspectos temáticos e discussões ao qual a referida lei prioriza. Contanto, esses materiais didáticos vêm a suprir a necessidade a cada dia vem sendo destacadas na sala de aula e no cotidiano escolar da educação brasileira no que é pertinente não somente ao ensino básico, mas a formação de cidadãos com senso crítico e consciente de que a cor da pele não nos faz superior a nenhum outro.

De acordo com os autores, o ensino deve assegurar as relações sociais, o respeito nas relações entre os sujeitos, sejam sujeitos de classes superiores ou não, mas que são capazes de respeitar e aprender com sujeitos que foram protagonistas de nossa história valorizando a cultura, a história africana, indígena e afro-brasileira.

Esse protagonismo para Costa (2005.) pode ser entendido através de costumes, hábitos cultura e religião que faz parte de nossa sociedade. Sendo assim, é imprescindível que se corrija a deficiência em termos de materiais pedagógicos específicos que tratem, estudem e

discutam positivamente a história e cultura da África, indígena e afro-brasileira na escola, com o apoio especialmente do educador para uma melhor percepção do aluno.

Art.3º A Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira, e História e Cultura Africana será desenvolvida por meio de conteúdos, competências atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas instituições de ensino e seus professores, com apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no parecer CNE/CP 003/2004 (COSTA, 2005, Apud DCNs, 2004, p.32).

O ensino da literatura afro-brasileira e sua discussão nos dias atuais em sala de aula deve preponderantemente extinguir com visões preconceituosas e confusas em relação aos negros e aos afrodescendentes.

É relevante observar os currículos escolares que a implantação dos conteúdos da história da África e dos africanos bem como sua cultura destacado pela lei nº 10.639/03 não se restringe em enumeração de conteúdos e sim em algo mais. Consiste em um aprofundamento deste estudo que comprometa os setores administrativos e pedagógicos a uma perspectiva curricular que abranja além de materiais e conteúdos a atenção para diferentes formas de saberes e de ensino.

De acordo com Sales y Silva (2012), é preciso que os pressupostos de mudanças nos currículos escolares estejam ao alcance dos professores e dos familiares como forma de facilitar e reforçar aprendizagem das crianças e dos adolescentes no processo de reformulação dos currículos que frisam a inclusão do estudo da cultura afro-brasileira.

No âmbito educacional, a literatura oral e escrita tem significativa contribuição na formação do indivíduo principalmente através dos contos, pois, os contos retratam através da escrita a realidade.

No exercício da educação, a literatura oral e escrita assume uma parcela prioritária na formação do indivíduo, pois, a partir dos contos é possível repassar uma história real, seja escrita nos dias atuais ou mesmo há séculos como relata as histórias míticas e religiosas (SALES Y SILVA, 2012, p.59).

Conforme os autores, surgiu no Brasil algumas obras de autores afrodescendentes nos períodos dos séculos XVIII, XIX e XX dos quais se pode mencionar: Caldas Barbosa, Gonçalves Dias, Tobias Barreto, José do Patrocínio, Luiz Gama, Carolina Maria de Jesus, Maria Firmina dos Reis, Solano Trindade, Edmilson de Almeida Pereira, Conceição Evaristo, entre outros.

Contudo, para Sales y Silva (2012) existe entre alguns escritores resistência enquanto as expressões escritor negro, literatura negra, literatura afro-brasileira. O critério utilizado para caracterizar uma literatura negra ou uma literatura afro-brasileira seria os critérios étnicos que estariam ligados à origem negra ou mestiça do autor. Outro aspecto seria o temático que estaria baseado nos conteúdos de procedência afro-brasileira.

Estes critérios não são significativos porque muitas vezes autores brancos apresentam e escrevem literatura negra com aspectos étnicos e temáticos.

[...] estes critérios se apresentam pouco abrangentes, uma vez que podemos observar o fato de possuímos, ao longo da formação literária brasileira negros mestiços escrevendo de acordo com os padrões clássicos oriundo da Europa, como também escritores negros não negros escrevendo sobre temas de interesse afro-brasileiro como a escravidão, a revolta dos quilombolas e o preconceito racial. “(SALES Y SILVA, 2012, p.59)”.

Nesse sentido, é evidente a complexidade da literatura afro-brasileira no que diz respeito principalmente quando a literatura está amparada em opções ideológicas de determinadas escritores. No entanto, muitos autores tem se destacado procurando uma identidade própria em dentre eles podemos citar: Oliveira, Conceição Evaristo, Salgado Maranhão, Cuti e Jussara Santos todos dedicados segundo Sales y Silva (2012), em expandir a literatura afro-brasileira.

Entretanto, a exposição dos conhecimentos teóricos da lei baseados nas leituras das obras dos autores que tratam da temática afro-brasileira no ensino escolar teve uma significativa melhora, no que diz respeito a esclarecimentos da lei e abordagem das temáticas relacionadas às histórias dos negros na construção histórica social e literária por parte de alguns educadores.

5. CADERNOS NEGROS: FERRAMENTA PARA PRÁTICA DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA.

Os Cadernos Negros foi uma coletânea publicada a partir de 1978 pelo movimento Quilombhoje de São Paulo. A primeira publicação de Cadernos Negros foi a Antologia da literatura afro-brasileira se configurando com a edição mais longa, pois, desde 1978 vem sendo publicada anualmente. Segundo Fonseca (2006), a primeira edição procurava ampliar as concepções deixadas por escritores negros brasileiros, tanto que na sua proposta inicial de Cadernos Negros foi defendido o uso da expressão literatura negra pra caracterizar uma expressão literária que lutava por liberdade no continente Africano na década de 70.

Ainda de acordo com Fonseca (2006), os movimentos da década de 70 foram os motivos engajadores que propiciaram o nascimento das nações africanas de língua portuguesa bem como, estimularam de forma grandiosa o surgimento dos Cadernos Negros que buscava trabalhar a relação entre literatura e política da época. Os Cadernos Negros em seus primeiros textos assumiam segmentos da rebeldia da população negra na luta contra a democracia racial.

Conforme Fonseca (2006), a partir da publicação do número 18 os Cadernos Negros assumem os subtítulos: Poemas Afro-brasileiros e Contos Afro-brasileiros. Esse acréscimo teve o intuito de atenuar a questão étnica que estava muito evidente nos números iniciais da coleção. Solano Trindade e outros escritores propunha expandir o espaço de publicação dos escritores negros e trabalhar com temas relacionados à cultura negra no Brasil.

Fonseca (2006) ressalta, que a imagem do negro como “maquina de trabalho”, como “coisa ruim” ou como “Objeto sexual” seria desconstruído através da literatura negra apresentado pelos Cadernos Negros, incentivando assim, uma visão crítica sobre o papel transformador do escritor negro na sociedade refletindo sobre a identidade e o imaginário do negro de forma positiva.

[...] Cadernos Negros de (1978), antologia de literatura afro brasileira de vida mais longa, já que desde 1978 vem sendo anualmente publicada, procurava de certa forma ampliar herança deixada por Solano Trindade e outros escritores negros e trabalhar com temas relacionados à cultura negra no Brasil. Os objetivos são considerados como estratégia de reversão da imagem do negro [...]. Desse modo, é incentivada uma visão crítica de preconceitos disseminados na sociedade e são apontadas as possibilidades de apresentar o escritor negro como consciente de seu papel transformador. (FONSECA, 2006, p. 16).

Contudo, ainda argumentado por Fonseca (2006) os escritores que aderiram ao projeto

Cadernos Negros (1978) buscavam dar visibilidade a sua produção literária e também discutir sobre a condição do negro, bem como, a forma na qual seus textos repercutiram, a linguagem apresentada em seus textos. Assim, a produção literária de Cadernos Negros estava mais preocupada a com a função social de seus textos com maior ênfase a vida das minorias marginalizadas por questões étnico-raciais. Ocasionalmente assim, uma literatura na qual a exclusão e a cor são temas constantes na produção literária dos Cadernos Negros que se caracterizou como negra ou afro-brasileira:

Os autores de Cadernos Negros buscavam dar visibilidade a sua produção e ampliaram a reflexão sobre a condição de trabalho dos escritores negros, sobre a circulação de seus textos, a marginalidade dessa produção e a linguagem com que se expressavam. Numa criação literária mais preocupada com a função social do texto, interessa-lhes, sobretudo, a vida dos excluídos por razões étnico-raciais. A relação entre cor e exclusão passa a ser recorrente na produção literária denominada pela crítica como negra ou afro-brasileira. (FONSECA, 2006, p.17)

Importante frisar que os Cadernos Negros se organizam alternando suas publicações poemas em anos pares e contos em anos ímpares, formando uma série de quatorze contos e dezenove poemas totalizando trinta e seis volumes. Os Cadernos Negros, portanto, resultado de engajamento de diversos escritores e leitores negros envolvidos com a questão da aceitação do negro como personagem principal de nossa história.

Segundo Antônio (2005) Compreender o surgimento da coletânea Cadernos Negros é somar a participação do negro na nossa história através de movimentos sociais que estão nas primeiras décadas do século XX. Assim:

Outros canais de participação somaram-se ao nascimento dos Cadernos. Enumerar aqui o significado social e literário do advento da coletânea e, de fato compreendê-la no bojo de um movimento mais amplo, que tem a sua gênese nas primeiras décadas do século XX. A esse respeito compreende-se melhor a função e a profundidade social e política daquele momento [...]. (ANTÔNIO, 2005, p.13)

Diante do exposto por Fonseca (2006), as primeiras décadas do século XX, os escritores negros começaram perceber de forma mais contínua e persistente as barreiras a serem quebradas do preconceito e dos estereótipos referente ao negro, pois, muitos escritores passaram a expor a cultura e seu modo de vida no teatro e na literatura. Esse processo de inserção do negro no cotidiano da sociedade foi em decorrência de ações de escritores, poetas e de ações da imprensa negra. Como relato abaixo:

Desde as décadas iniciais do século XX, quando, de forma mais sistemática e assumida, os escritores negros passaram a buscar meios para apresentar o negro no teatro e na literatura, enfrentaram o desafio da invisibilidade negra no passado. Aliás, invisibilidade negra e estereótipos constituíram-se em barreiras quase intransponíveis. Contudo, esse desafio foi, nas ações do Teatro Experimental do Negro, em 1944 no Teatro Popular Solano Trindade, 1950, nas obras de alguns escritores e poetas, dentre eles Solano Trindade, e na ação da imprensa negra, enfrentando de forma a possibilitar um acúmulo que vem se expandindo. Questões postas por esses movimentos, notadamente no teatro e na literatura, foram introduzidas no cenário literário Nacional, possibilitando a descoberta de fontes referentes à negrura nas artes e perspectivas analíticas, em particular, a perspectiva que enfoca literatura (teatro) e projeto identitário negro (ANTÔNIO, 2005, p.13).

Assim, segundo Antônio (2005), o lançamento do primeiro volume dos Cadernos Negros aconteceu na cidade de Araraquara, no ano de 1978. O Centro de Cultura Negra naquela época foi o ponto de encontro dos escritores do primeiro volume, Os custos da edição entre os autores participantes garantiu a publicação naquele ano e nos anos seguintes. Cadernos Negros representou o engajamento para superação das desigualdades raciais no Brasil através das articulações de Movimentos Negros e de Expressão Cultural com Movimentos Negros Políticos. Os Cadernos Negros em suas ações recomendam um estudo da literatura no qual o racismo seja considerado em sua forma real e concreta.

O combate do racismo nos Cadernos Negros na perspectiva de Antônio (2005) significa entender as múltiplas diferenças e a problematização gerada pelo processo de reflexão gerado pela negação de qualquer forma de discriminação relacionado ao negro em ambientes públicos (seminários, oficinas e festivais) e cotidiano escolar.

Na ação dos Cadernos Negros, os autores sugerem o tempo todo, um plano um projeto literário que considere o racismo no Brasil, a sua realidade concreta e a sua existência sistêmica. O combate sistêmico ao racismo a brasileira significa, em outras palavras, o entendimento das múltiplas inter-relações da problemática racial. Por conta desse combate sistêmico, Os Cadernos Negros vão atuar fortemente, no enfoque da discriminação e da afonia em torno da negrura no cotidiano e nos espaços de alcance dos seminários, oficinas, festivais e no contraponto com Movimentos Negros Culturais (ANTÔNIO, 2005, p.20).

Nesse sentido, os Cadernos Negros se mostra ao longo de 36 volumes como um subsídio de estudo e uma ferramenta de reflexão da lei 10.639/03 no ambiente escolar. Representando, uma produção teórica e literária de combate ao racismo presente em nossa sociedade.

Conforme Antônio (2005), a barreira do racismo para ser superada exige uma ação no cotidiano educacional articulando políticas contra o racismo abordando sua realidade

concreta.

5.1 CADERNOS NEGROS: VOLUMES A SEREM CONSIDERADOS

“Negro, ó Negro pedaço de noite,
 Pedaço de mundo ergue-te!
 Deixa essa mansidão nos olhos
 Tua delicadeza
 E o fácil rizo jovial.
 Sê duro. ô negro.duro
 Como poste em mil vezes te chicotearam
 Sê negro, negro, negro, negro,
 Maravilhosamente negro!”(CAMARGO, 1978, p.44)

I VOLUME (1978): dedicado à poesia, como foi relatado anteriormente às publicações seguem uma ordem cronológica onde os textos referentes à poesia são publicados em anos pares e anos ímpares textos dedicados aos contos. De acordo com Antônio (2005), desde 1978, vem sendo publicado Cadernos Negros compondo uma coleção neste ano (2014) com 36 volumes sendo 19 poemas (1, 3; 5, 7, 9, 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23, 25, 27, 29, 31, 33, 35) e 17 contos os volumes de contos (2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22, 24, 26, 28, 30). Os textos são escolhidos por um processo de seleção onde participam os autores, leitores e especialistas. Para ser selecionado o poema ou conto deve ser considerado bom ou ótimo dos responsáveis pela seleção.

Os autores nessa edição contemplam basicamente a questão da etnia enfatizando a negrura segundo Antônio (2005):

“sou negro, quantos negros, mulher negra, são negros e cabelos”. Angela Lopes Galvão, 24 anos, com: "negro-negro", "retratação", "desencontro", "cercas" e "sede". Eduardo de Oliveira, nascido em 1926, com: "túnicado ébano", "em defesa da NE onde participam gritude aos pés da história", "zumbi dos palmares", "qual seria um negro e depois um outro", "antes e ainda e o que é um negro"? Célia Aparecida Pereira, 22 anos, com: "chibata", "caminheiro", "interrogação", "de costas para o espelho" e "camuflagem". Jamu Minka com: "identidade", "minha vez" e "zumbi". Oswaldo Camargo, 1936, com: "ousadia", "atitude" e "oh mamãe!" Luiz Silva, o Cuti, 26 anos, com: "meu verso", "impressão", "sapo engolido", "vento" e "preconceito racial".

O tema central do Caderno Negro é da visibilidade questão social do negro como um processo de luta que se faz a cada edição de um novo caderno, Não se pode esquecer que o caderno busca caracterizar a questão do negro realçando aspectos culturais, sociais e identitária através de aspectos corporais inseridos em sua poesia. Solano Trindade em sua poesia também dar visibilidade a ao aspecto de identidade quando enaltece a raça negra no poema “Sou negro”.

A publicação do I Volume dos Cadernos Negros marca a defesa dos valores do povo negro assim como da sua cultura com a poesia e a prosa como ferramentas fundamentais nesse processo. Pois, nesse mesmo ano abolição da escravatura no Brasil completaria 90 anos e os Cadernos Negros representou e representa mais um levante para a luta contra o racismo tendo a poesia como ferramenta de luta contra exploração, a discriminação e o preconceito.

Assim para (Castro 2007), o primeiro volume dos Cadernos Negros no qual fizeram parte oito autores com o intuito de discutir a experiência afro-brasileira na literatura faz parte de um processo de resistência e formação da liberdade cultivada pelos negros desde os tempos da escravidão e que passou por diversos movimentos culturais nas décadas iniciais após a abolição.

VOLUME XXVI (2003) foi lançado no final de 2003 é um livro divisor de águas. Tem contos maduros, que não fogem ao compromisso de dar testemunho sobre a experiência afro-contemporânea. Teve grande impacto no lançamento caracterizando como um dos mais solicitados.

Contudo, observamos que o volume 26 é marcadamente importante, pois, com a aprovação da lei 10.639 no ano de 2003, como já mencionado acima se tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro brasileiras no currículo escolar de ensino fundamental e médio, fortalecendo as discussões sobre a questão da negritude em nosso país.

De acordo com Araújo (2007), foi também nesse ano que houve um considerável aumento de discussões e projetos de pesquisa sobre a temática em diversas instituições. Citando como exemplo a UFPB bem como seminários e debates que ocorreram no ano de 2003 e anos posteriores a aprovação da lei.

... vê-se na UFPB em que o Projeto interdisciplinar de Literatura história e cultura popular conhecimentos que se ensina, casos que se pesquisam saberes que se trocam, apoiado pelo Programa de Licenciatura (PROLICEN), envolvendo professores do curso de História, Letras e Educação, organizou o "Seminário Nacional de Estudos Culturais Afro brasileiros", que ocorreu em João Pessoa, em dezembro de 2005. Na ocasião, além debates com alunos e professores de diversas áreas sobre as questões ligadas à cultura afro-brasileira, observamos a presença da escritora Conceição Evaristo, cuja palestra centralizou-se no tema da literatura afro-brasileira (ARAÚJO, 2007, p.25).

Fizeram parte da produção dos cadernos Negros de volume XXVI os seguintes autores: Conceição Evaristo, cuti, Décio de Oliveira D'Ilemar Monteiro, Esmeralda Ribeiro Eustáquio Lawa, Helton Fesan, Lia Vieira, Lourdes Dita, Márcio Barbosa, Miriam Alves, Oubi Inaê Kibuco e Zula Gibi. No total de treze autores dos quais apenas seis são mulheres e dezoito contos.

Os Cadernos Negros volume 26, propõe um novo dialogo em seus textos com natureza homossexual. No conto “Beijo na face” a personagem Salinda vive segundo Antônio (2005) num espaço organizado onde de um lado existe a desorganização das vivências com marido e, de outro uma atração com o surgimento de um provável amor por uma figura feminina.

(...) um novo amor que vivia e se fortalecia na espera do amanhã... Que se revelava por um simples piscar de olhos, por um sorriso ensaiado na metade das bordas de um lábio, por um repetir constante do eu te amo, declaração feita, muitas vezes, em voz silenciosa, audível apenas para dentro, fazendo com que o eco dessa fala se expandisse no interior mesmo do próprio declarante (ANTÔNIO 2005, apud, CN 26, p. 11).

O amor entre mulheres nos Cadernos Negros de 2003 é tema frequente Trazendo com bastante relevância questionamentos a respeito dos papéis de gêneros com vários contos exaltando o amor entre as mulheres.

No entanto, O volume XXVI dos Cadernos rendeu diversos comentários com visões positivas como do cineasta e diretor de *Distraída Para Morte* Jeferson e narciso Rap que “*Em Um filme (talvez pouca gente imagine) começa na palavra escrita. É um argumento que transforma em escaleta, depois se torna um roteiro em suas diversas versões, se desenvolve e vira filme na tela. Literatura e cinema sempre caminharam juntos. Em meus filmes não é diferente. Pululam referências literárias. Daí vem à importância para os cineastas e artistas negros brasileiros de encontrar num só espaço uma reunião de escritores afrodescendentes com referências brasileiras. Cada leitor, negro ou não, brasileiro ou estrangeiro, acaba tendo nos Cadernos Negros um grande encontro com esses escritores. Nesse ajuntamento, uma forma de conhecer o quão diverso pode ser o negro no Brasil, uma dimensão muito maior do que meia dúzia de pensamentos regidos por um imaginário viciado daqueles que pensam em nos retratar. Mais além os Cadernos acabam por ser pequenos retratos literários do homem negro urbano, exercendo uma função que vai mais longe do que do que se pretende. Vai criando e recriando e dando continuidade à nossa identidade.*”.

Também Neuza Maria Poli fundadora e coordenadora do Tema Educação – Projeto para Negros e estudantes de baixa expõe sua opinião positiva em relação aos Cadernos Negros (2003): *Quando se iniciou a publicação dos Cadernos em 1978, mulheres e homens negros não imaginavam que se dedicariam à admirável missão de interpretar e ilustrar expressões, dificuldades e desejos da geração de militantes afros de São Paulo. Foi ousada principio de uma jornada expressiva dos ideais que brotavam no período da depressão política brasileira, em que se impediam as livres evolução cultural com a identidade e característica de nosso povo.*

Os escritores e organizadores da série dos Cadernos Negros têm cumprido a missão da formação gradual da consciência negra brasileira, da consciência sociopolítica, de aproximadamente três décadas, de intelectuais e escritores brasileiros na sociedade ainda marcada por discriminação racial, preconceito, e racismo. Há de se parabenizar e enfatizar essa luta e o notável esforço dos responsáveis pelas publicações, um projeto construído, dia a dia, pelos significativos exemplos de vida heroica da ancestralidade africana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção do estudo da história da África, da cultura africana e afro-brasileira no ambiente escolar é encarada como uma forma mecanicista simplista, eurocêntrica e obrigatória, pois, desde 2003 temos o aparato da lei 10.639/03 que determina esta temática na rede pública e privada no ensino fundamental e médio, mas alguns professores insistem em trabalhar esta temática de forma meramente obrigatória. Observamos que alguns professores no âmbito escolar já vem trabalhando há algum tempo esta temática, mas não existe por parte dos docentes aprofundamento quanto ao tema.

Perguntamos a muitos de forma informal como eles trabalhavam a questão do negro e escutei que:

“Passei uma atividade de pesquisa online sobre a história do negro para que eles trouxessem para aula”.

“Foi trabalhado através de um filme que se tratava da biografia de Nelson Mandela que relata toda a sua história de vida”.

“A gente trabalha no decorrer das aulas não especificamente somente sobre o assunto, mas buscamos a interpelação com outros temas”.

. As questões a ser levantada de acordo com essas respostas sobre o porquê de tal superficialidade colocaram que ainda existe muita dificuldade quanto ao material específico sobre os Negros no Brasil e a cultura afro-brasileira. Visitei algumas bibliotecas de escolas de ensino médio e foi percebido que realmente existe essa dificuldade, mas que muitos professores não trabalham a temática não somente por falta de material direcionado mais por falta de preparação que não houve em seus cursos de licenciatura e questão do tempo em sala de aula, pois uma aula corresponde a 45 minutos. Segundo os professores eles são sobrecarregados com planos de aulas a serem cumpridos o que acaba contribuindo para tal superficialidade.

É preciso ressaltar que alguns livros didáticos relatam o positivismo de uma sociedade que seria igualitária desde o princípio, mas contraditoriamente não considera outro a segmentos sociais e quando são representadas são de forma preconceituosa e pejorativas tidos como figura lendária (Zumbi e João Cândido) sem ser considerada a verdadeira representação da identidade desses personagens. Contudo, durante a busca de uma literatura que poderia ser utilizada como ferramenta para a prática em sala de aula da cultura afro-brasileira a coletânea dos Cadernos Negros se enquadraria perfeitamente por ter sido e ser até os dias atuais resultado de engajamento de diversos escritores e leitores negros envolvidos com a questão da

aceitação do negro como personagem principal de nossa história. Os Cadernos Negros defendia em sua primeira publicação a literatura negra para caracterizar e expressão literária que luta pela liberdade no continente africano na década de 70. Os principais objetivos iniciais dos Cadernos Negros que foram alcançados e continuam a serem refletidos em cada nova edição dos cadernos Negros seria:

- Desconstruir através da literatura negra visões estereotipadas dos Negros como “maquina de trabalho” ou “objeto sexual” através da literatura negra;
- Expandir o espaço de publicação dos escritos negros e trabalhar com temas relacionados à cultura negra no Brasil;
- Propunha dar visibilidade a produção literária e discutir sobre a condição do negro bem como, a forma na qual seus textos repercutiram a linguagem apresentada em seus textos.

Contudo, muitos paradigmas ainda devem ser analisados e quebrados entre os próprios autores literários que abordam a temática em seus textos como resistência quanto às expressões “literatura Negra” ou “literatura Afrodescendente”.

Foi observado que a discussão sobre a temática e a inclusão da lei 10.639/03 coloca os professores, gestores e equipe pedagógica como peças fundamentais na disseminação destes conteúdos onde ambos devem ter cuidado com o material escolar principalmente com a inclusão do conteúdo que fazem referência ao continente Africano e a cultura afro-brasileira bem como, a forma na qual são abordados na sala de aula. Para que isso ocorra os professores (as) gestores (as) e a equipe pedagógica devem abordar temática africana e afro-brasileira revendo suas práticas de ensino e colaborando para uma imagem positiva do continente Africano e conseqüentemente dos Afro-brasileiros.

Dessa forma, somente com implementação da lei 10.639/03 exigiu-se por parte dos docentes que se comportem como agentes transformadores para uma consciência crítica possibilitando quebrar as barreiras que o preconceito, o racismo e a discriminação instalam no ambiente escolar quando o assunto é cultura afro-brasileira. Porém os professores devem procurar se preparar para este desafio procurando bases seguras de conhecimento e referenciais teóricos, metodológicos e suporte pedagógicos de modo a garantir uma escola igualitária.

Abrimos assim, um parêntese para colocar que a implementação da lei 10.639/03 é resultado de muitas lutas com o objetivo de incluir no currículo escolar a história da África nos três níveis de ensino acrescentando dois artigos na LDB o artigo 26-A e o artigo 79-B a de considerar de extrema importância a reflexão de que a implementação da lei não significa apenas a inclusão do estudo da temática afro-brasileira no currículo escolar ou o acréscimo

dos respectivos artigos, mas, o acréscimo de mais uma ferramenta no combate ao racismo e a formas estereotipadas relacionadas à cor da pele negra e de seus costumes tendo agora aspecto punitivo previsto em lei.

O ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas assim como, a lei 10.639/03 é extremamente importante para desconstruir imagem racista e preconceituosa existente na sociedade brasileira e no cotidiano escolar.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Flávia. **Uma escrita em dupla face**. A mulher negra em Ponciá Vivêncio de Conceição Evaristo. 2007. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.ppgl.imagens/flavia.pdf>>. Acessado em: 01/09/2014.
- CASTRO, Regina. **Corpo e erotismo em cadernos Negros**. Reconstrução semiótica da liberdade. 2007. Disponível em: <<http://WWW.edicoestoro.net/attachments/063tese.silvareginalorenso.pdf>>, Acessado em: 23/09/2014
- COSTA, Diana Ribeiro. **A literatura afro-brasileira em sala de aula**. Disponível em: <<http://www.gelne.org.br/site/arquivostrab/1267-a%20afro-brasileira%20em%20sala%20de%20aula.pdf>>, Acessado em: 14/05/2014.
- COSTA, Amâncio. **Cotidiano escolar e literaturas de matrizes africanas**. Literaturas Africanas e Afro-brasileiras na prática pedagógica. 2008. P.166. BH.
- CULTURA: **O samba e suas possibilidades Discursivas**. XI CONLAB (Congresso luso Afro brasileiro de Ciências Sociais). 2011. Salvador, BA.
- GOMES DOS SANTOS, Jocéli Domanski. **A lei 10. 639/03 e a importância de sua implementação na educação básica**. Disponível em: <http://www.nre.pr.gov.br/uniaodavitoria/arquivos/File/Equipe/Disciplina/Biologia/ALEI1063903eai_mportanciadesuaimplementacao.pdf>, Acessado em: 20/06/2014.
- HENRIQUE, Ricardo; CAVALLEIRO, Elaine. **Educação e políticas públicas afirmativas: elementos da agenda do ministério da Educação**. In SALES, Augusto (Org). **Ações afirmativas do racismo nas Américas**. Ministério da Educação. UNESCO. 2007. P.115. Brasília, DF.
- JACCOUB, Luciana; THEODORO, Mário. **Os limites das políticas Universais**. In SALES, Augusto (org). **Ações afirmativas do racismo nas Américas**. Ministério da Educação. UNESCO. 2007. P.115. Brasília, DF.
- MENDES, Moura. A.R. júnior Silva F. **África na sala de aula**. Além da História. EDUFRN. 2012. P. 775. RN.
- MESSENDER, Hamurabi. **Entendendo a LDB: Lei das Diretrizes e Base da Educação**. Lei nº 9394/1996. 2º Edição. 2010. P. 102. Rio de Janeiro, RJ.
- OLIVEIRA, Francisco de Assis Fernandes. **Discursos e práticas sobre a lei 10.639/03 no contexto escolar paraibano**. 2014.

OZÓRIO, Darcilene; Leon, Anderson. **Lei 10. 639/03 Práticas Educativas e Recursos da Cultura**. O samba e suas possibilidades discursivas. XI CONLAB (Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais). 2011. Salvador, BA.

SANTOS, Sales Augusto. **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**. Ministério da Educação. UNESCO. 2005. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br.pdf>>. Acessado em: 18/04/2014.

SOARES, Fonseca, M.N. **Literatura Negra, Literatura Afro Brasileiro: Como Responder? O atlântico negro e a literatura**. In Maria de Nazareth Soares Fonseca. (org.). **Literatura afro-brasileira**. Fundação Cultural dos Palmares. 2006. P. 220.

SILVA, M R; Sales Coutinho A. M ULOMMA. **Literatura afro-brasileira combatendo o racismo no cotidiano escolar**. In Lima, Tânia, Nascimento, Izabel, Alveal, Carmem. (org.). **Gritos culturas africanas: Literatura, cultura, violência, racismo, mídias**. EDUFRN. 2012. P.775. (Colóquio Internacional de Culturas Africanas). Natal, RN.

ANEXO

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.

Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos. 26-A, 79-A e 79-B:

“Art. 26-A”. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

§ “3º (VETADO)”

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA